

23/05/2023 08:30:06 - AE ENERGIA

REGULAÇÃO: ABCE/VIVAN DIZ QUE DISCUSSÃO DA RBSE É RETROCESSO E PODE RESULTAR EM JUDICIALIZAÇÃO

Por Marlla Sabino e Luciana Collet

Brasília e São Paulo, 22/05/2023 - O presidente da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE), Alexei Vivan, classifica como "retrocesso" a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) voltar a discutir os termos da remuneração sobre a chamada Rede Básica Sistema Existente (RBSE), uma vez que o tema já foi debatido e houve uma decisão do regulador no passado. Segundo ele, reabrir a questão pode trazer descrédito para o próprio regulador, além de abrir margem para judicialização.

As indenizações da RBSE são pagas às transmissoras que tiveram contratos renovados em 2012, com base na Medida Provisória 579/2012, por ativos que não haviam sido amortizados. O Ministério de Minas e Energia (MME) solicitou que a Aneel fizesse os cálculos para recompor os valores não pagos entre 1º de janeiro de 2013 e 30 de junho de 2017. Os questionamentos sobre os cálculos começaram a ser apresentados à agência reguladora em abril de 2021 e, desde então, são analisados pela área técnica.

"Vemos como um retrocesso. Esse assunto já estava decidido", afirmou Vivian ao **Broadcast Energia**. "Já houve concessões para pacificar o tema. Não faz sentido reabrir isso. Pode trazer descrédito para a própria agência e temos focado muito na importância de fortalecer a agência institucionalmente, mostrar solidez em termos de segurança jurídica e de responsabilidade de regras, para evitar enfraquecimentos, que só geram ataques. Isso enfraquece e dá espaço para ingerências políticas, legislativas, em questões que deveriam ser de competência da própria Aneel", acrescentou.

No ano passado, o tema virou foco de uma grande polêmica, após o então diretor da Aneel e agora secretário-executivo do MME, Efrain da Cruz, suspender, em decisão monocrática, a eficácia da resolução de 2017, que trata do financeiro do tema, por alegar "possível ilegalidade detectada" na metodologia dos cálculos. O despacho foi derrubado pela diretoria da agência dias depois. O relator, diretor Hέλvio Neves Guerra, contudo, determinou que a área técnica analisasse as contas.

A própria área técnica do regulador recomendou que a diretoria aceitasse alguns dos pleitos recebidos e chegaram a propor a redução nos valores das indenizações. Apesar de não reconhecer como um erro, a área técnica propôs que a correção das inconsistências apontadas fosse feita, mas sem considerar o retroativo, como defende parte do setor elétrico. Para os técnicos, os valores deveriam ser ajustados de 2020 em diante, o que reduziria o ajuste para R\$ 4 bilhões aproximadamente, segundo cálculos feitos no ano passado.

O tema voltou à tona nas últimas semanas após os processos serem incluídos na pauta da reunião do colegiado. Contudo, o julgamento foi adiado e não há perspectivas exatas de quando o relator submeterá à análise do colegiado. "As empresas terão que avaliar as alternativas, não descartando a possibilidade de judicialização. Vai depender muito do que será decidido pela Aneel. É justamente o que deveria se evitar, já que, de novo, não houve ilegalidade, não houve nenhuma irregularidade. Não faz nenhum sentido, só traz insegurança", disse Vivan.

Em relação a falta de perspectivas para o julgamento, ele avalia que nenhuma demora é benéfica, mas que há questões que demandam mais tempo para análise. "Enquanto não tem [um desfecho], está valendo o que já estava decidido, que as empresas [de transmissão] entendem como correto. Já que tem que mexer, que leve o tempo necessário para não vir com uma decisão que pode causar certo transtorno e até, eventualmente, gerar uma desnecessária e não querida judicialização."

A questão também é apontada por analistas de mercado que acompanham as transmissoras como relevante.

23/Mai/2023 08:32

Em recente relatório, a equipe de análise do BTG Pactual destacou que a decisão da Aneel será importante para a ISA Cteep, uma vez que os pagamentos de RBSE representam 40% da previsão de receitas da companhia até junho de 2028. Outra empresa que é afetada de forma significativa pelo tema é a Eletrobras.

Contatos: energia@estadao.com; marlla.sabino@estadao.com; luciana.collet@estadao.com